

# JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações contábeis

Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**

**Administradores e aos Acionistas da  
JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTO  
São Paulo - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JBCRED S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração da Sociedade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 18 de agosto de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
5091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2023.08.23 15:19:22 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico

WESLEY FERNANDES TUAF  
GARCIA:28324417850

Assinado de forma digital por WESLEY FERNANDES TUAF GARCIA:28324417850  
Dados: 2023.08.24 13:54:26 -03'00'

Wesley Fernandes Tuaf Garcia  
Contador CRC SP 329.869/O-8  
Responsável Técnico



## **JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

*Demonstrações Contábeis*

*Do semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

### **Conteúdo**

**Relatório da Administração**

**Balancos Patrimoniais**

**Demonstrações de Resultados**

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**Relatório dos Auditores Independentes**

**JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Rua Libero Badaró, 293 - 20º andar, Centro - São Paulo, SP - CEP: 01009-970 - (11) 4890 - 4609

[www.jbcred.com.br](http://www.jbcred.com.br)

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. O Balanço Patrimonial correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstração do Resultado, da Demonstração do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 18 agosto de 2023.

**JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E EXERCÍCIO DE 31 DEZEMBRO DE 2022**

	Ativo		Passivo				
	Nota	30-jun-23	31-dez-22	Nota	30-jun-23	31-dez-22	
<b>Circulante:</b>		<b>86.466</b>	<b>89.150</b>	<b>Circulante:</b>		<b>3.204</b>	<b>2.718</b>
Disponibilidades	4	257	1.270	<b>Outras obrigações</b>		<b>3.204</b>	<b>2.718</b>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>64.651</u>	<u>67.145</u>	Cobrança e arrecadação de tributos		14	14
Carteira própria		53.099	55.521	Sociais e estatutárias		215	0
Cotas de Fundos de Investimentos		11.552	11.624	Fiscais e previdenciárias	9a	468	594
<b>Operações de Crédito</b>		<b>19.566</b>	<b>19.624</b>	Diversas	10	2.507	2.110
Setor privado	6a	29.356	33.243	<b>Patrimônio líquido:</b>	12	<b>84.479</b>	<b>87.870</b>
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	6b	-9.790	-13.619	Capital Social		46.500	46.500
<b>Outros créditos</b>		<b>1.959</b>	<b>1.040</b>	De domiciliados no país		46.500	46.500
Diversos	7	1.959	1.040	Reserva de lucros		37.979	41.370
<b>Outros valores e bens</b>		<b>33</b>	<b>71</b>	Lucros / Prejuízo Acumulados		0	0
Despesas antecipadas		33	71				
<b>Ativo Não Circulante:</b>		<b>1.217</b>	<b>1.438</b>				
<b>Imobilizado de uso</b>	8a	<b>1.146</b>	<b>1.353</b>				
Outras imobilizações de uso		5.303	5.296				
(Depreciações acumuladas)		-4.157	-3.943				
<b>Outros Ativos intangíveis</b>	8b	<b>71</b>	<b>85</b>				
Intangível		138	138				
(-) Amortizações		-67	-53				
<b>Total do ativo</b>		<b>87.683</b>	<b>90.588</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>87.683</b>	<b>90.588</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022**

	Nota	30-jun-23	30-jun-22
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>23.879</b>	<b>24.022</b>
Operações de crédito		19.729	20.719
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.150	3.303
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>-6.564</b>	<b>-9.052</b>
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-6.515	-8.925
Perdas operações de Crédito		-49	-127
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>17.315</b>	<b>14.970</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>		<b>-16.411</b>	<b>-14.763</b>
Despesas de pessoal	14	-4.962	-5.535
Despesas administrativas	13	-9.567	-7.821
Despesas tributárias	15	-1.305	-1.309
Outras Receitas Operacionais		102	56
Outras Despesas Operacionais		-679	-154
<b>Resultado operacional</b>		<b>904</b>	<b>207</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações</b>		<b>904</b>	<b>207</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Provisão para imposto de renda		0	0
Provisão para contribuição social		0	0
<b>Lucro líquido do Semestre</b>		<b>904</b>	<b>207</b>
<b>Número de ações</b>		<b>46.500</b>	<b>46.500</b>
<b>Lucro por ação</b>		<b>R\$ 0,02</b>	<b>R\$ 0,004</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### Demonstração do Resultado Abrangente para os semestres findos em 30 de Junho de 2023 e de 2022

	<u>30-jun-23</u>	<u>30-jun-22</u>
Lucro líquido do Semestre	<u>904</u>	<u>207</u>
Itens que não serão reclassificados para o resultado	0	0
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>904</u></b>	<b><u>207</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022

Nota Explicativa	Reserva de Lucros					Em R\$ mil	
	Capital Social	Reserva Legal	Margem Operacional	Equalização Dividendos	Lucros Acumulados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>46.500</b>	<b>6.005</b>	<b>37.200</b>	<b>0</b>	<b>-680</b>	<b>89.025</b>	
Lucro do semestre	0	0	0	0	207	207	
Reserva Legal	0	10	0	0	-10	0	
Distribuição de dividendos e JCP	0	0	0	0	0	0	
Transferência para Reserva estatutária	0	0	0	0	0	0	
<b>Saldos em 30 de Junho de 2022</b>	<b>46.500</b>	<b>6.015</b>	<b>37.200</b>	<b>0</b>	<b>-483</b>	<b>89.232</b>	
Mutação do Período	0	10	0	0	197	207	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>46.500</b>	<b>6.005</b>	<b>35.365</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>87.870</b>	
Lucro do semestre	0	0	0	0	904	904	
Reserva Legal	0	45	0	0	-45	0	
Distribuição de dividendos	0	0	-4.080	0	-215	-4.295	
Transferência para Reserva estatutária	0	0	644	0	-644	0	
<b>Saldos em 30 de Junho de 2023</b>	<b>46.500</b>	<b>6.050</b>	<b>31.929</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>84.479</b>	
Mutação do Período	0	45	-3.436	0	0	-3.391	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

### DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA PELO METODO INDIRETO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

	<u>30-jun-23</u>	<u>30-jun-22</u>
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b><u>7.568</u></b>	<b><u>9.566</u></b>
Lucro líquido do semestre	904	207
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b><u>6.664</u></b>	<b><u>9.359</u></b>
Depreciações/Amortizações	228	178
Provisão para demandas judiciais	-79	128
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.515	9.053
<b>Varição em ativos operacionais</b>	<b><u>14.471</u></b>	<b><u>-5.613</u></b>
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários	21.808	6.529
(Aumento) / redução - Operações de crédito	-6.457	-11.283
(Aumento) / redução - Outros créditos	-918	-780
(Aumento) / redução - Outros valores e bens	38	-79
<b>Varição em passivos operacionais</b>	<b><u>407</u></b>	<b><u>515</u></b>
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos	0	-6
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias	215	0
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias	-126	-57
Aumento / (Redução) - Diversas	318	578
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b><u>14.878</u></b>	<b><u>-5.098</u></b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>-7</u></b>	<b><u>-670</u></b>
Aquisição imobilizado de uso	-9	-670
Baixa Imobilizado de uso	2	0
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b><u>-4.939</u></b>	<b><u>0</u></b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos	-4.295	0
Constituição Reserva Estatutária	-644	0
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>17.500</u></b>	<b><u>3.798</u></b>
<b>Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre	12.894	11.054
No fim do semestre	30.394	14.852
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>17.500</u></b>	<b><u>3.798</u></b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referentes semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado o contrário)

#### 1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, e regida pela atividade que foi autorizada, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

A **Sociedade** possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBCred** e foram aprovadas, pela Administração, em 14 de agosto de 2023.

#### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

##### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do período em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

## **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de apresentação de Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista em moeda corrente e aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, com prazo de aplicação de até 90 dias sem restrições de uso pela Administração e / ou redução de valor pelo resgate, para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

## **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido;

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da **Sociedade** para sua manutenção em carteira até o seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para a venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido.

As reduções no valor negociado dos Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos respectivos custos atualizados, quando não impactados por eventos temporários, serão considerados no resultado como perdas realizadas.

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo “pró-rata die” com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo “AA” considerado risco mínimo, e “H” considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas para prejuízo, em contrapartida da provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

#### **e) Outros valores e bens e outros créditos**

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

#### **f) Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.

#### **g) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

Os ativos não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### **h) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

## i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A provisão para o Imposto de Renda corrente é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro do período excedente a R\$ 120. A Provisão para Contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2022 – 21%).

Em conformidade com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não produziram efeitos na apuração do lucro real.

## j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e carta circular 3429/10, da seguinte forma:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da apresentação do Caixa e equivalentes de caixa, da **Sociedade**, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estavam compostos conforme segue:

	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Caixa	4	1
Depósitos bancários a vista	253	1.269
<b>Total Disponibilidades</b>	<b>257</b>	<b>1.270</b>
Títulos e valores mobiliários	30.137	11.624
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>30.394</b>	<b>12.894</b>

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

## 5. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>30-jun-23</u>		<u>31-dez-22</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
<b>Títulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria</b>				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	53.099	53.099	55.521	55.521
Cotas de fundo de renda fixa	11.552	11.552	11.624	11.624
<b>TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS</b>	<b>64.651</b>	<b>64.651</b>	<b>67.145</b>	<b>67.145</b>

(i) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa.

No Semestre findo em 30 de junho de 2023, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 4.150 (R\$ 3.855 em 2022).

## 6. Operações de crédito

As operações de crédito em 30 de junho de 2023 e de dezembro de 2022 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

### a) Por tipo de operação e níveis de risco:

<u>Níveis de Risco</u>	<u>30/06/2023</u>									<u>31-dez-22</u>
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	12.619	1.400	2.145	1.726	1.062	1.811	1.137	7.456	<b>29.356</b>	<b>33.243</b>
<b>Total - 30/06/2021</b>	<b>12.619</b>	<b>1.400</b>	<b>2.145</b>	<b>1.726</b>	<b>1.062</b>	<b>1.811</b>	<b>1.137</b>	<b>7.456</b>	<b>29.356</b>	<b>33.243</b>

b) Por faixas de vencimento e níveis de risco

	30/06/2023								31-dez-22	
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>12.545</b>	<b>1.111</b>	<b>1.517</b>	<b>709</b>	<b>275</b>	<b>267</b>	<b>60</b>	<b>37</b>	<b>16.521</b>	<b>16.408</b>
01 a 30 dias	2.876	323	458	284	132	151	38	28	4.290	4.162
31 a 60 dias	2.826	270	346	182	73	72	15	6	3.790	5.292
61 a 90 dias	2.472	201	299	133	44	33	5	2	3.189	2.222
91 a 180 dias	3.656	286	383	107	25	11	2	1	4.471	3.959
181 a 365 dias	715	31	31	3	1	0	0	0	781	773
acima de 365	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>74</b>	<b>289</b>	<b>628</b>	<b>1.017</b>	<b>787</b>	<b>1.544</b>	<b>1.077</b>	<b>7.419</b>	<b>12.835</b>	<b>16.835</b>
01 a 14 dias	74	1	55	45	32	19	14	12	252	714
15 a 30 dias	0	288	224	275	128	187	60	53	1.215	1.202
31 a 60 dias	0	0	349	299	159	227	119	123	1.276	1.746
61 a 90 dias	0	0	0	398	214	335	167	263	1.377	1.766
91 a 180 dias	0	0	0	0	254	776	717	2.040	3.787	4.764
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	4.928	4.928	6.643
<b>Subtotal</b>	<b>12.619</b>	<b>1.400</b>	<b>2.145</b>	<b>1.726</b>	<b>1.062</b>	<b>1.811</b>	<b>1.137</b>	<b>7.456</b>	<b>29.356</b>	<b>33.243</b>
<b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>-63</b>	<b>-14</b>	<b>-64</b>	<b>-173</b>	<b>-319</b>	<b>-905</b>	<b>-796</b>	<b>-7.456</b>	<b>-9.790</b>	<b>-13.619</b>
<b>Total líquido de operações de crédito</b>	<b>12.556</b>	<b>1.386</b>	<b>2.081</b>	<b>1.553</b>	<b>743</b>	<b>906</b>	<b>341</b>	<b>0</b>	<b>19.566</b>	<b>19.624</b>

De acordo com as Resoluções, do CMN nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/2/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

**c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro 2022, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b><u>13.619</u></b>	<b><u>10.858</u></b>
Provisao no semestre	6.951	20.707
Reversao provisao no semestre	-2.309	-2.164
Baixa para controle em compensação	-8.471	-15.782
<b>Total de Provisão para Créditos de Liquidação</b>	<b><u>9.790</u></b>	<b><u>13.619</u></b>

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no exercício, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de receitas da intermediação financeira – operações de credito, sendo o valor recuperado em 30 de junho de 2023 R\$ 1.458 (R\$ 2.331 em 2022).

**7. Outros créditos**

	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
<b>Outros Créditos - Diversos</b>		
<b>Circulante</b>	<b><u>1.501</u></b>	<b><u>614</u></b>
Adiantamento a funcionários	180	31
Adiantamento a fornecedores	46	46
Impostos e contribuições a compensar	215	213
Titulos e creditos a Receber	30	49
Outros	1.030	275
<b>Não Circulante</b>	<b><u>458</u></b>	<b><u>426</u></b>
Depósitos judiciais (Nota 11)	125	93
Impostos e contribuições a compensar (CSLL)	333	333
<b>TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS</b>	<b><u>1.959</u></b>	<b><u>1.040</u></b>

## 8. Imobilizado de uso

### a) Composição

Item	%	30/06/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.743	-1.705	38	94
Móveis e equipamentos	10%	1.363	-749	614	676
Sistema de comunicação	10%	166	-75	91	96
Equipamentos de Informática	20%	1.526	-1.123	403	487
Sistema de Transportes	20%	505	-505	0	0
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>		<b>5.303</b>	<b>-4.157</b>	<b>1.146</b>	<b>1.353</b>

Item	%	30/06/2023			31/12/2022
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros ativos intangíveis	(i)	138	-67	71	85
<b>TOTAL INTAGIVEL</b>		<b>138</b>	<b>-67</b>	<b>71</b>	<b>85</b>

### b) Movimentação do Custo

Item	31/12/2022	Movimento do Custo			Saldo em 30/06/2023
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.743	0	0	0	1.743
Móveis e equipamentos	1.359	4	0	0	1.363
Sistema de comunicação	164	2	0	0	166
Equipamentos de Informática	1.525	3	-2	0	1.526
Sistema de Transportes	505	0	0	0	505
Outros ativos intangíveis	138	0	0	0	138
<b>TOTAL IMOBILIZADO (CUSTO)</b>	<b>5.434</b>	<b>9</b>	<b>-2</b>	<b>0</b>	<b>5.441</b>

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para o semestre findo de 30 de junho de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro 2022 não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

## 9. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

### a) Composição

<u>Tributárias</u>	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
IRPJ LUCRO REAL	0	0
CSLL LUCRO REAL	0	0
IMPOSTOS S/TERCEIROS	14	4
PIS	24	25
COFINS	151	154
<b>TOTAL TRIBUTÁRIAS</b>	<b>189</b>	<b>183</b>

<u>Previdenciárias</u>	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
IRRF S/SALARIOS	119	218
INSS	127	147
FGTS	28	46
CONTR.ASSISTENCIAL	5	0
<b>TOTAL PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>279</b>	<b>411</b>
<b>TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>468</b>	<b>594</b>

### b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros	904	-1.155
(-) Juros sobre capital próprio	0	0
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	-3.581	-10.327
Adições	7.392	20.233
Exclusões	-10.973	-30.560
Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social	-2.677	-11.482
Imposto de Renda corrente	0	0
Imposto de renda	0	0
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	0	0
Dedução Limite 4%) - PAT	0	0
Contribuição Social corrente	0	0
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%
Ajustes		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do semestre	0	0
Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre	0	0
<b>Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar / (restituir)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas, totalizando R\$ 10.894 em 30 de junho 2023 (R\$ 14.521 em junho 2022).

## 10. Outras obrigações

	<u>30-jun-23</u>	<u>31-dez-22</u>
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>		
<b>Circulante</b>	<b><u>2.328</u></b>	<b><u>1.852</u></b>
Pagamentos a efetuar - Pessoal	1.070	914
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	403	126
Credores diversos no país	50	53
Recebimento parcial(i)	805	759
<b>Não Circulante</b>	<b><u>179</u></b>	<b><u>258</u></b>
Provisão passivo contingente	179	258
<b>TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS</b>	<b><u>2.507</u></b>	<b><u>2.110</u></b>

(i) Refere-se ao recebimento parcial devido à renegociação de dívida.

## 11. Ativos e passivos contingentes

Em 30 de junho de 2023 e dezembro de 2022 não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3.823/09 do CMN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

A movimentação do passivo contingente para o semestre findo em 30 de junho de 2023, ocorreu como demonstrado abaixo:

### 11.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
Saldo em 31/12/2022	258
Reversão de provisão	-79
Constituição de provisão	0
(-) Depósitos judiciais	-58
<b>Saldo Líquido em 30/06/2023</b>	<b>121</b>

### 11.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>	<u>Depósitos</u> <u>Judiciais</u>	<u>Valores</u> <u>Líquidos</u>	<u>Valor</u> <u>Contingência</u>
Cíveis	179	-58	121	165
Trabalhista	-	-	-	0
<b>TOTAL PROVÁVEL</b>	<b>179</b>	<b>-58</b>	<b>121</b>	<b>165</b>

### 11.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis	442	459
<b>TOTAL POSSÍVEL</b>	<b>442</b>	<b>459</b>

A Sociedade possui depósitos, na ordem de R\$ 58 em junho de 2023 (R\$ 93 em dezembro 2022), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 442 em 30 de junho de 2023 (R\$ 459 em dezembro de 2022).

Não existem, em curso, em 30 de junho de 2023 e 31 dezembro de 2022 processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

## 12. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da **JBcred** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1,00 cada uma.

### b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a Sociedade destina 5% do lucro líquido do semestre para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal e das distribuições de dividendos e JCP, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.

### c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, devem ser estipulados aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dividendos	215	0
juros sobre o capital próprio	0	0
<b>TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>215</b>	<b>0</b>

### 13. Despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Água, energia e gás	78	76
Aluguel	345	318
Seguro Administrativo	2	0
Despesa de comunicações	125	145
Condomínio	73	69
Manutenção e conservação	67	17
Despesas de materiais	26	70
Despesas de processamento de dados	1.153	709
Propaganda e publicidade	278	320
Serviços sistema financeiro	2.511	3.440
Serviços de terceiros	3.138	1.372
Serviços técnicos especializados	1.335	993
Despesa de transportes	30	20
Amortização	14	11
Depreciação	160	141
Benfeitoria imóveis terceiros	56	27
Outras	176	93
<b>TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>9.567</b>	<b>7.821</b>

### 14. Despesas com pessoal

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Diretoria - honorários	462	330
Pessoal - benefícios	1.005	1.104
Pessoal - encargos sociais	1.039	1.099
Pessoal - proventos	2.450	2.996
Pessoal - treinamento	6	6
<b>TOTAL DESPESAS PESSOAL</b>	<b>4.962</b>	<b>5.535</b>

## 15. Despesas tributárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Despesas tributárias	261	276
COFINS	898	889
PIS	146	144
<b>Total</b>	<b>1.305</b>	<b>1.309</b>

## 16. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** está em conformidade com o Banco Central do Brasil, contratou uma empresa especializada no Gerenciamento de Riscos, Elekto, com estrutura independente auxiliando na identificação, avaliação e monitoramento dos Riscos (Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez), que envia os indicadores para a área de compliance, garantindo a conformidade dos processos e a tomada de decisão pela alta gestão.

Os modelos de negócio e procedimentos de Gerenciamento de Riscos seguem as boas práticas do mercado e foram adotados pela Alta gestão e Diretoria de Compliance, atendendo aos moldes atuais da estrutura da **Sociedade** e de suas operações.

A estrutura de GRCIC é reduzida e se reporta ao departamento de compliance e Alta Gestão, recebendo diariamente as informações geradas pela Elekto para o monitoramento de GRCIC e processamento de documentos como: DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais), DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital), DRM (Demonstrativo de Risco de Mercado), DRL (Demonstrativo de Risco de Liquidez), IRRB, RWA, Var). O relatório é emitido pela área de compliance para acompanhamento das operações e disponibilizado para a Administração que podem revisar e melhorar os processos operacionais da Sociedade.

A **Sociedade** tem um perfil historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, as áreas de GRCIC, conta com um departamento de "Compliance" focado em PLD-FT, Riscos Operacionais e Controles Internos. Semestralmente a Sociedade é auditada por uma empresa de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, e Auditoria Externa Independente para avaliação de toda estrutura e manter a conformidade contábil, fiscal e regulatória.

Ao Final dos trabalhos, a Alta gestão valida os Relatórios emitidos para acompanhamento das possíveis inconformidades que possam ocorrer no decorrer das análises.

## i) Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de incorrer em perdas devido a movimentos nos preços nos mercados. O tipo de risco de mercado depende do tipo de investimento.

### DRM (Demonstrativo de Risco de Mercado)

O Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) tem por objetivo apresentar de forma sintética as exposições aos diversos fatores de risco de mercado associados às operações mantidas pelas instituições financeiras não integrantes de conglomerado e pelas instituições integrantes de conglomerado prudencial, na data-base de apuração.

Em cumprimento aos dispositivos dos regulatórios, a Administração definiu e incorporou e vem aperfeiçoando a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Atualmente a Sociedade, não mantém nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e Departamento de Compliance.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de captação com outras Instituições Financeiras, desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade as normas atuais, o cálculo do Risco de Crédito segue a rigor aos ensejos de uma Sociedade de Crédito que ocupa o **segmento S5** perante o Banco Central do Brasil.

A Sociedade utiliza a Metodologia Simplificada de Risco conforme orientação dos órgãos reguladores.

## ii) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se às aquisições de produtos ou serviços feitos a prazo, ou seja, com pagamento posterior ao ato de compra. Trata-se de um indicador que é construído a partir de informações do cliente, indicando se ele está ou não apto a receber o crédito e sob quais condições será concedido.

- Contratos de novos clientes não tem base histórica para definição do cálculo do Rating da Operação, bem como para o cálculo do rating do cliente. Desta forma convencionase o rating A (base Resolução no.2682/99).
- Contratos de clientes que possuem todas as operações já quitadas junto a **JBCRED S/A** com seus próprios recursos podem ter seu Rating classificados segundo a observação de seu histórico de adimplência. Contratos novos (não originados de renegociação) cujo contrato anterior tenha tido rating medido pelo atraso superior a ‘C’ receberão o rating

'C' na sua origem. Estamos adotando a postura conservadora de manter o mesmo rating do Contrato, buscando minimizar o aspecto negativo da inadimplência com o aumento de provisões.

- Contratos de clientes originados por ocasião de negociação herdarão o Rating da Operação que está sendo quitada pela renegociação, ou seja, a quitação pelos recursos da **JBCRED S/A** não terá efeito sobre o Rating da Operação Nova, que ficará idêntico ao rating devidamente registrado na Base de Dados da Operação de Crédito que está sendo quitada ou amortizada pela renegociação em relação à sua última data base informada para fins contábeis. Estamos adotando esta postura conservadora de manter o mesmo Rating do Contrato imediatamente anterior devido às irregularidades apontadas nos documentos citados.
- Contratos novos que foram originados de renegociação cujo contrato original já estava registrado em Conta de Compensação (Prejuízo) deverão ser obrigatoriamente criados no Rating H (artigo 8 da Resolução no.2682/99 CMN) caso não haja mais nenhum contrato com saldo devedor registrado em conta de compensação. Caso haja outros contratos deste cliente com saldo em conta de compensação, não deveremos proceder a concessão de novo crédito para este cliente ou ser devidamente autorizado pelo gestor da área responsável.
- Contratos de clientes que estão sendo criados por ocasião de negociação e que herdaram o Rating da Operação e caso este seja o Rating 'H' serão transferidos para conta de compensação após os 180 dias de inadimplência, em atendimento à Resolução no. 2682/99 do CMN.

Critérios para a melhora do Rating de Origem de um Contrato:

- Em caso de operação gerada por renegociação, considerar-se-á pagamento considerável para ascensão de um nível de Rating de menor risco, o pagamento de ao menos 100% do saldo devedor original do contrato, e a melhora de Rating nunca será superior a 1 nível na melhora máxima do risco, sendo que caso seu Rating Original/Inicial (na data da criação do contrato) seja H, a ascensão se dará apenas pela quitação do contrato, limitada a um nível e seu reflexo apenas será visível caso o cliente venha executar nova contratação de operação de crédito.(atendimento ao artigo 8º. Parágrafo 1º. da Resolução n.º 2682/99 CMN).

Exemplificando:

- 1) Operação que recebe o Rating Original (na data de sua criação) H, só passa a Rating G caso quitar integralmente seus débitos.

- 2) Em caso de operações não originadas por renegociação, o critério de melhora no Rating deverá ser estabelecido por sua faixa de atraso em relação a data base de apuração, limitando-se esta melhora, até faixa de Rating A. (Artigo 4º. Resolução n.º 2.682/99 CMN).
- 3) Para fins do Rating a ser devidamente informado ao BACEN adotaremos sempre o pior Rating entre o Rating Original e o obtido pelo atraso.

Controles necessários para a verificação do Rating gerado sobre os contratos da Carteira de Operações.

- 1) Em operações geradas por renegociação nunca haverá, conforme esta norma, a ascensão de mais de duas faixas de Rating, e sendo limitado a 1 (uma) no caso de o Rating anterior da operação ser H;
- 2) A operação original que foi transferida para conta de compensação nunca retornará para a Carteira de Créditos da **JBCRED S/A**.
- 3) Uma operação com apropriação de rendas suspensa (com mais de 59 dias inadimplentes) nunca volta a apropriar rendas pelo método Pro-Rata Temporis durante a existência do contrato e a apropriação se dará apenas quando houver a quitação deste débito.
- 4) O cálculo de atraso é sempre obtido pela parcela com maior número de dias em atraso em relação à data base de verificação.
- 5) O Rating do cliente é obtido pelo uso do pior Rating das operações com saldo devedor do cliente, no momento da apuração.
- 6) Devemos transferir para a conta de compensação as Operações que permanecerem 180 dias no Rating H.
- 7) No caso da análise do Rating do Cliente em uma data qualquer, este será sempre dado pelo maior Rating dentre todas as operações vigentes nesta data, ou seja, o Rating será dado pela comparação entre o Rating Original da Operação e o Rating por Atraso das Operações do Cliente.

#### PDD – Provisão para Devedores Duvidosos

A provisão para devedores duvidosos, também chamada de PDD, é um reconhecimento contábil, por parte da Instituição, das possíveis perdas esperadas decorrentes de créditos de liquidação duvidosa.

Este provisionamento é obrigatório de acordo com regulação do Bacen, e as alíquotas dependem do nível de risco da operação de crédito (rating). O rating varia em uma escala desde AA (sem risco) até H (maior risco).

O nível de inadimplência ideal está ligado à qualidade da carteira de crédito concedida pela Instituição. Entretanto, não há um valor máximo recomendado universalmente. Logo, Instituições que desejam emprestar para clientes mais propensos ao Atraso/Prejuízo, terão em média uma inadimplência maior.

### iii) **Risco operacional**

O controle de Risco Operacional está fundamentado na resolução 4557/2017 (CMN), e tem como objetivo promover a implementação de uma estrutura de gerenciamento de risco operacional em instituições financeiras e, assim, reduzir a possibilidade de perdas, seja decorrente de falhas de sistemas, processos ou pessoas.

- As ocorrências do período são descritas nas rotinas semanais envolvem as demandas do dia a dia com paralizações parciais por falhas decorrentes de software, hardware ou infraestrutura atendidas no decorrer do dia;
- A empresa se adaptou ao trabalho remoto para continuidade das operações no período da pandemia;
- Tem realizado testes e atualizações periódicas para minimizar os riscos decorrentes do provedor, e fatores externos para continuidade das atividades;
- A empresa, até o momento, não utilizou recursos oferecidos pelo BCB (linha de crédito) e outras instituições financeiras.

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na Instituição são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos. Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na Instituição são utilizadas na análise de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria Financeira e Presidência possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou

possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance”.

#### iv) **Risco de liquidez**

Conforme Resolução 207/2022 (Bacen), o risco de liquidez é definido como a “possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras e decorrentes de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas,

A partir de julho de 2023, o Bacen solicitou informações complementares para envio do DRL 2160 com as informações financeiras da conta corrente referentes ao último dia útil do mês. O preenchimento do campo “colchão de liquidez”, e margem de segurança de contingência para suprir as despesas das operações.

A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria Financeira e Presidência, que monitoram e controlam o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro, elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da Instituição, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a Instituição apresenta grau de liquidez em patamares considerados, pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

#### v) **Risco Socioambiental para o Crédito**

Risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Em conformidade com as orientações da Resolução 4945/2021 (CMN), a **JBCRED** busca incorporar as boas práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas sócioambiental, concedendo crédito para pessoas físicas. A **JBCRED** não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e extremamente pulverizados e não apresentam grande impacto individual socioambiental.

Todos os clientes (pessoa física) são analisados através do SIRCOI e do robot de crédito (Rocket) que realizam cruzamento com as listas restritivas Nacionais (IBAMA, TEI, COAF) e internacionais (OFAC, ONU) e detectam a ligação com atividades que impactem negativamente o meio ambiente (RSA) ao assinar/aceitar o contrato de empréstimo.

**A área de compliance tem a responsabilidade no acompanhamento e cumprimento das boas práticas de ESG reportando a alta gestão.**

## vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos dos órgãos reguladores, inicialmente pela Resolução nº 4968/2021, (CMN) e normas posteriores e visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Instituição**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. A responsabilidade pelo mapeamento de todas as ocorrências e ações executadas na **Instituição é da área de GRCIC**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas com a finalidade de definir as sequências lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado. O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pelo departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC).

A área de compliance é responsável pelo acompanhamento das atividades de GRCIC com apoio da auditoria interna.

## vii) Governança corporativa

Conforme Resolução 59/2021 da CVM, a governança corporativa é pautada pelos seguintes princípios:

- 1) Transparência: Transparência é o princípio que aborda a entrega frequente de informações aos stakeholders. Aqui, não são apenas disponibilizados dados obrigatórios por regulamentos e leis, mas também outros materiais de interesse direto aos envolvidos.  
Além dos informes financeiros, são entregues materiais relacionados à gestão corporativa do negócio, tomadas de decisão, entre outros assuntos que visam a preservação dos valores da companhia.
- 2) Equidade: Refere-se ao tratamento justo e isonômico de todas as partes interessadas dentro da Instituição. Ou seja, independentemente de cargo, posição ou nível de participação, todos devem ser tratados de forma igual, levando em consideração seus deveres, interesses, direitos, expectativas e necessidades.
- 3) Prestação de contas (accountability): Os responsáveis precisam prestar contas com regularidade, de forma clara, objetiva, concisa e compreensiva sobre toda movimentação econômico-financeira.

Além disso, cabe aos indivíduos assumir a responsabilidade e consequências de seus atos e omissões.

## 17. Ouvidoria

A **Sociedade** tem uma área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução 4860/2020, (CMN) e carta circular 3503/2010, (BACEN), que atua como canal de comunicação entre a **Instituição**, órgãos reguladores e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

## 18. Instrução Resolução CVM 162/2022

A Instituição segue as disposições da norma que regula a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa

## 19. Limites operacionais

A Instituição atende a Resolução 69/2021 (Bacen) que Estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares que especifica, segundo a norma: "...§ 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 5 (S5)...", "...2º As informações mencionadas no art. 1º devem ter como data-base o último dia de cada mês..." e "...3º As informações devem ser remetidas ao Desig sempre que solicitadas, inclusive para datas-bases...". Este documento é uma memória do acompanhamento que a Instituição está fazendo de seus limites. Estabelece procedimentos para a remessa de informações relativas a apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Instituição** são de natureza de não negociação, voltadas as pessoas físicas, sem garantia ou aval e são ponderadas pelo fator associado ao risco de acordo com a Circular 229/2022, estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente as exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

- **Quadro de Limites Operacionais referentes a 30/06/2023:**

Patrimônio de Referência (PR)	84.479
Ativos Ponderados pelo Risco	40.509
RWAmpad (RWAjur1)	398
RWAcpad	30.034
RWAopad – Indicador Básico	10.077
Índice Basileia	208,55%

## 20. Cobertura de seguros

Em 30 de Junho de 2023 a **Instituição** possuía cobertura de seguros por incêndio, responsabilidade civil e para os veículos no montante total de R\$ 8.160 e (R\$ 8.160 em 2022). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

## 21. Eventos Subsequentes

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023 não ocorreu nenhum evento subsequente que alterasse significativamente o resultado ou situação patrimonial da sociedade



**Rodrigo Della Casa**  
Diretor Presidente



**Elaine Florentino de Gois**  
Diretora



**Marcelo Alcides Ignácio Pereira**  
Contador – CRC 1SP 212924/O-3

